

Racismo e sexismo na revista O Cruzeiro (1951)*Racism and sexism in the Cruzeiro magazine (1951)*

Jéferson Luis STAUDT¹
Magna Lima MAGALHÃES²
Claudia SCHEMES³

Resumo

Considerada um dos mais importantes periódicos da imprensa brasileira, a revista O Cruzeiro esteve envolvida, durante os anos de 1950, com a difusão de um modelo idealizado de mulher para o país: bela, recatada, boa mãe e boa esposa. Visto que a escolha de uma dada mulher como parâmetro de feminilidade implica a negação de outras, este artigo propõe algumas reflexões sobre a representação da mulher negra na revista O Cruzeiro. Com base na intersecção entre gênero e raça, a pesquisa evidencia que o periódico normatiza a mulher branca como emblema de feminilidade e confere estabilidade a sua normatização ao vincular a imagem da mulher negra ao alcoolismo e a incivilidade.

Palavras-chave: Revista O Cruzeiro. Raça. Mulher Negra.

Abstract

Considered one of the most important periodicals of the Brazilian press, O Cruzeiro magazine was involved, during the 1950s, with the dissemination of an idealized model of woman for the country: beautiful, modest, good mother and good wife. Since the choice of a given woman as a parameter of femininity implies the negation of others, this article proposes some reflections on the representation of black women in O Cruzeiro magazine. Based on the intersection between gender and race, the research shows that the journal standardizes the white woman as an emblem of femininity and gives stability to its standardization by linking the image of black women to alcoholism and incivility.

Keywords: O Cruzeiro Magazine. Gender. Race. Black Woman.

¹ Doutorando em Processos e Manifestações Culturais (Universidade Feevale/Novo Hamburgo/RS). Bolsista PROSUC/CAPEL. E-mail: jefersonstaudt@feevale.br

² Doutora em História (UNISINOS/RS). Professora do PPG Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS). E-mail: magna@feevale.br

³ Doutora em História (PUCRS). Professora do PPG Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale (Novo Hamburgo/RS). E-mail: claudias@feevale.br

Introdução

Na década de 1950, o Brasil passou por significativas mudanças políticas e econômicas que repercutiram em vários setores sociais. Frente à necessidade de se adaptar ao processo de industrialização e urbanização acelerada, a imprensa brasileira introduziu inovações técnicas, gráficas e editoriais com vistas à veiculação de informações rápidas e em sintonia com o crescente dinamismo da sociedade. Nesse contexto, a revista O Cruzeiro se tornou um dos principais veículos de comunicação do país. Com um estilo foto-jornalístico inovador e uma diversificada abordagem temática, a revista cobriu um grande público consumidor e obteve estabilidade periódica (MEYRER, 2007).

Apesar do amplo alcance, as publicações da revista se destinavam, sobretudo, às elites políticas e econômicas do Brasil, prestando auxílio aos ideais “modernizantes” da sociedade. Com o intuito de cooperar para a formação de um país moderno, desenvolvido e civilizado, O Cruzeiro interveio em proveito de padrões de consumo, estilos de vida e condutas pertinentes a homens e a mulheres. E, nesse tocante, figurou entre os diversos periódicos que cooperaram para a constituição de mulheres belas, recatadas e submissas aos homens (MEYRER, 2007).

Embora o progresso econômico e industrial tenha oportunizado às mulheres maior acesso ao trabalho e independência financeira, essa ascensão social aconteceu em paralelo ao recrudescimento das distinções entre os “papéis” femininos e masculinos. Assim, a presença cada vez mais comum das mulheres no mercado de trabalho é acompanhada do incremento de valores patriarcais que defendiam o retorno da mulher a esfera privada como donas de casa, boas mães e esposas dedicadas à família e ao marido (BASSANEZI, 2001).

Em um período de intenso influxo das mulheres ao mercado de trabalho e consequente emancipação feminina, O Cruzeiro soma-se às revistas que respondem ao interesse masculino de confiar à mulher os cuidados com o lar e com a beleza. Com isso, o periódico se mostrou um valioso compêndio de normativas de gênero que informou as moças sobre as formas “corretas” de serem e se tornarem femininas. Chamadas a cooperar para a construção de um ideal de mulher brasileira – bela, recatada, boa mãe e esposa – a revista educou as mulheres para o gosto estético e reiterou normas de conduta consensuais à época (BASSANEZI, 2001).

Em vista disso, este artigo propõe algumas reflexões sobre a representação da mulher negra na revista *O Cruzeiro*, considerando que a intersecção entre gênero e raça reverbera em relações de poder múltiplas e sobrepostas (CRENSHAW, 2002). Para a realização deste estudo será analisada a publicação da edição nº 24, de fevereiro de 1951, eleita como fonte de pesquisa devido aos silêncios sobre a mulher negra em outras edições mapeadas previamente e entendendo que apenas esta edição é suficiente para sustentar nosso argumento principal. Valendo-se, para tanto, das contribuições dos Estudos de Gênero (SCOTT, 1990) e do Feminismo Negro (CARNEIRO, 2003; EVARISTO, 2005; COLLINS, 2016), a análise mostra que as publicações constroem uma representação da mulher branca como “norma” feminina e estabilizam a sua normatização através da associação da mulher negra ao alcoolismo e à incivilidade.

Normativas de gênero e estereótipos raciais em *O Cruzeiro*

Nas décadas iniciais do século XX, o gênero revista ganhou popularidade em face de outros tipos de impressos periódicos. Para atrair o público consumidor, as revistas ilustradas ou de variedades publicavam conteúdo diversificado, de leitura fácil e agradável, com o recurso de imagens. Diante do relativamente pequeno público leitor, a diversificação do conteúdo foi uma estratégia usada para ampliar o seu raio de alcance e, assim, garantir o sucesso do negócio revista. Naqueles anos, o jornalismo brasileiro foi marcadamente opinativo e guardou estreitas relações com a literatura, tendo em vista que a maioria dos textos publicados nas revistas foi escrito pelos “homens de letras”, os quais aliaram a atividade literária à jornalística. Essa tendência, que vigorou até o fim dos anos de 1950, só se renovaria com a revista *O Cruzeiro*, que deu novos sentidos à fotografia e à reportagem, assumindo a liderança do mercado editorial (LUCA, 2008).

Pode-se dizer que, dos anos de 1930 a 1950, o público que buscava numa revista informação, cultura e entretenimento lia, provavelmente, *O Cruzeiro*. Esse impresso foi editado pelos Diários Associados, entre 1928 e 1975, e, durante décadas, dominou os concorrentes de mercado, dirigindo-se a um público formado por homens, mulheres e crianças de várias idades e classes sociais. *O Cruzeiro* realizou a transição entre as revistas lançadas no período de aliança entre jornalismo e literatura e aquelas criadas segundo os moldes da indústria cultural (MIRA, 1998). O final da década de 1950 foi o marco histórico do jornalismo industrial, porque, nesse período, a imprensa brasileira passou por um processo de modernização ao inspirar-se no modelo jornalístico americano e

distanciar-se gradualmente do europeu. Nessa nova fase o jornalismo se tornou um importante pilar das estruturas empresariais, veiculando conteúdos em ritmo industrial que reforçavam o negócio da comunicação e prestavam apoio a outros ramos comerciais. Depois que assumiu um viés industrial / empresarial, a imprensa começou a investir em reportagens e a valorizar a notícia ao invés da opinião (ANDRADE, 2013).

Apesar dessas mudanças, a imprensa periódica sempre esteve envolvida com a formulação de projetos de sociedade. Na primeira metade do século XX, as revistas em circulação serviram como locais estratégicos para a difusão de normas de higiene, expressões culturais e padrões estéticos, bem como para a defesa de interesses políticos e econômicos de determinados grupos sociais. Sob a inscrição “variedades”, as revistas não apenas ampliaram o seu público consumidor como também interviram no cotidiano social, formando a opinião pública em relação ao lugar reservado aos homens e às mulheres, de diferentes grupos étnico-raciais, na sociedade brasileira (LUCA, 2008).

A revista *O Cruzeiro*, em particular, desempenhou um importante papel na disseminação de regras de etiqueta para as mulheres, por intermédio dos textos e das imagens que trouxe a público. Desde a sua primeira edição, em novembro de 1928, as capas da revista *O Cruzeiro* foram ilustradas com fotografias de mulheres como Jerusa Souza⁴, que estampou o exemplar nº 24, de fevereiro de 1951. Mulher branca, jovem e bonita, Jerusa foi enquadrada sorrindo e com o corpo e o entorno cobertos de serpentinas coloridas, conferindo à cena os ares festivos de uma edição especial de carnaval. Primeiro local de interlocução da revista com o seu público leitor, a capa expôs um corpo feminino que prenunciava um ideário de beleza reafirmado ao longo de todo exemplar, principalmente, com o auxílio das colunas femininas de *O Cruzeiro*.

Nessa direção, na seção “Assuntos Femininos”, chamou a atenção o desenho de uma moça na página “Da mulher para a mulher: Conversa entre mocinhas”, assinada por Maria Tereza⁵. Aparentemente despreziosa, a ilustração evidenciava uma jovem de cabelos lisos, tez clara, sobrancelha delineada e lábios pintados em tom vermelho. Algumas páginas à frente, Alceu Penna assinava a autoria de uma seção intitulada “As Garotas do Alceu”. As mulheres desenhadas por ele mantinham algumas semelhanças: todas de cabelos curtos e lisos, de pele clara e com roupas de época, elegantes, belas e

⁴ Fotografada por Indalécio Wanderley, as informações acerca da modelo Jerusa Souza foram veiculadas ao final da edição. *O Cruzeiro*, 1951, edição nº 24, p. 130.

⁵ Revista *O Cruzeiro*, 1951, edição nº 24, p. 124.

“comportadas”. Olhadas em conjunto, todas as ilustrações lembram Jerusa Souza, a modelo que estampava a capa da revista, embora as Garotas do Alceu apresentassem atitudes à frente do seu tempo, já que as suas:

[...] personagens vinham ao encontro de uma sociedade que estava se industrializando e urbanizando cada vez mais, que estava assumindo uma identidade moderna. As Garotas representavam o contraponto da mulher bem comportada da época, eram mais descontraídas, alegres, ousadas e independentes, embora não representassem uma ruptura total com a ideia da mulher-mãe e esposa (SCHEMES, ARAÚJO, 2011, p. 60).

Em todo caso, Jerusa Souza parece dar forma a um padrão eurocêntrico de beleza construído com o auxílio de ilustrações que intervém em nome dos imperativos do cabelo liso e da pele sadia e branca, além das roupas “recatadas”, aliando o embelezamento à moralidade. As “obrigações” femininas com a beleza recebiam, assim, o respaldo de matérias escritas por mulheres que, além disso, também educavam as moças para as tarefas do lar. Como exemplo, no texto “Elegância e Beleza: Conselhos para o verão”, publicado na seção “Assuntos Femininos”, Elza Marzullo advertia às moças sobre os cuidados necessários à beleza e à saúde da pele durante a exposição ao sol⁶, enquanto Helena Sangirardi ensinava as meninas a prepararem bolos, biscoitos e doces, no texto “Lar, doce lar”⁷.

A resposta positiva das editoras às expectativas de gênero traçou, na revista *O Cruzeiro*, um cenário de consentimento acrítico das mulheres aos padrões de uma sociedade patriarcal, omitindo o poder de agência e as táticas usadas para resistirem às normativas sociais. Uma estratégia, por sinal, de enorme poder político, pois, mostrava a mulher como cúmplice da ideologia machista ao se assumir dentro dos limites “autorizados” pelos homens que, por sua vez, se acham abalizados a delegar às mulheres os papéis que elas próprias assumiam.

Ao afirmar que a revista silenciava sobre o agenciamento das mulheres significa dizer que elas reagem às convenções sociais e que o panorama mostrado escondia os vários enlaces da questão que estava posta nos anos de 1950. Enquanto as editoras do periódico validavam discursos hegemônicos, fora dele outras mulheres produziam um contraponto a essas narrativas, mostrando que a discussão era muito mais complexa do

⁶ Revista *O Cruzeiro*, 1951, edição nº 24, p. 125.

⁷ Revista *O Cruzeiro*, 1951, edição nº 24, p. 126.

que parecia⁸. Assim, a aceitação não questionada de papéis sociais não acontecia de forma tão simples como fazia crer O Cruzeiro, já que as identidades são construções contingentes e formadas através de complexas relações de poder (HALL, 2014).

A aderência feminina às normativas sociais ainda podia ser pensada como indicativa de uma política editorial que permitia às autoras escreverem dentro de certos limites. No sumário da revista percebe-se que as seções “Romances” e “Assuntos Femininos” são escritas por e para as mulheres, o que talvez explique o alcance restrito da fala das editoras. Assim, a generificação dos temas demarca a fronteira daquilo que podia ser dito pela mulher e reafirma o espaço público como “território masculino”, dado o predomínio dos homens nas discussões sobre política, economia, etc..

Joan Scott (1990), a esse respeito, nos lembra que o universo masculino se constrói em oposição ao feminino por meio de processos de diferenciação que rejeitam as feminilidades e criam a ilusão de que a masculinidade é um construto coerente, unívoco e consensual. O mesmo acontece com o gênero feminino, já que a supressão de suas ambiguidades produz uma visão universalizada de mulher que oculta às relutâncias e as múltiplas identidades que constituem o ser feminino. Nesse sentido, a experiência histórica da mulher negra contribui para fissurar o discurso monolítico sobre o “ser feminino”, pois, segundo Sueli Carneiro (2003), essa narrativa não contempla as múltiplas estruturas de poder que afetam a identidade feminina negra. Assim, marcadores sociais como gênero, raça e classe, que compõem a identidade negra, reverberam arenas interligadas de exercícios de poder – patriarcado, racismo e sexismo – mesmo em circunstâncias aparentemente democráticas, como é o caso carnaval.

Por ser uma edição comemorativa do carnaval O Cruzeiro publica reportagens noticiando o evento em várias regiões do país, sobretudo, no Rio de Janeiro. Às reportagens são anexadas imagens de mulheres negras em blocos de carnaval de rua, todas fantasiadas e enquadradas de forma espontânea e com pouca luz, muito diferente do enquadramento de Jerusa Souza. Se o carnaval é o lugar de destaque da mulher negra na sociedade brasileira, como afirma há algum tempo Lélia Gonzales (1983), é porque existem, em contrapartida, zonas de silêncio, a exemplo da capa da revista O Cruzeiro, que optou por uma modelo branca para simbolizar um fenômeno culturalmente associado à imagem da mulher negra.

⁸ Um bom exemplo são as mobilizações articuladas pelas mulheres negras junto ao Teatro Experimental do Negro (TEN), na década de 1950. A esse respeito vide: Nascimento (2004) e Domingues (2008).

Evidentemente que a questão não é a capa por ela mesma, mas, o sentido que veicula, já que anuncia um ideal de beleza impensado à mulher negra. A zona de silêncio, portanto, corresponde a não evidência de negras nos artigos sobre embelezamento feminino, como se beleza fosse predicado exclusivo das mulheres brancas. Com isso, a visibilidade da mulher negra em determinados espaços e não em outros se relaciona com os conceitos que cada local semantiza e, nesse sentido, o carnaval se mostra um lugar privilegiado de produção de estereótipos que acabam por afirmar, também, a moralidade como atributo da mulher branca.

Para o processo de constituição da “mulher ideal” fazia-se necessário a construção e reprovação de contraexemplos e, para tanto, bêbadas, viciosas e desordeiras são noticiadas no carnaval em resposta a um processo que visa normatizar certas feminidades e marginalizar outras. Nessa direção, José Leal assinou o texto “Carnaval de rua” e criticou os carnavalescos “sujos” e os “mal elementos” que teriam provocado uma série de agressões e assassinatos no carnaval do Rio de Janeiro⁹. Nas páginas finais da edição, a revista veiculou um artigo sem autoria intitulado “Um fato em foco”, que reiterou em detalhes a hostilidade do carnaval carioca e exibiu uma imagem que exemplifica os “mal elementos” indicados por Leal:

Proteste quem quiser, mas o carnaval de 1951 [...] teve a sua realidade triste e sangrenta. Foliões exaltados, valentões e criminosos infiltraram-se no meio da massa heterogênea e encontraram nos festejos momentos ideais para a satisfação de seus baixos instintos. Na quarta-feira de cinzas os jornais apareceram nas bancas noticiando crimes de várias naturezas: espancamentos, facadas, tiros e depredações [...] E como sempre, apareceram as músicas falando em cachaça e concitando os fracos à prática do vício [...] Sem dúvida, o álcool contribuiu largamente para aumentar o número de crimes durante o carnaval. De crimes e de bêbados irresponsáveis e inconscientes, como êste casal da fotografia [...]” (UM FATO ..., 1951, p. 70).

⁹ Revista *O Cruzeiro*, 1951, edição nº 24, p. 24 e 25.

Figura 1: “Ai, cachaça!”



Fonte: O Cruzeiro, 24 ed. 1951, 71.

A fotografia acima revela uma imagem da mulher negra que, desacordada devido à embriaguez, servia como contraexemplo de feminilidade substancial à normatização do seu oposto – a mulher branca e recatada¹⁰. Além de não figurar como esposa, mãe e matriz de uma família negra, perfil idealizado à imagem da mulher branca, a negra ainda aparecia como sinônimo daquilo que é moralmente inadequado à conduta de uma “moça de família”. Cumpre observar que a seleção de imagens como essa nunca é uma ação neutra, como afirma Sandra Pesavento (2003) e, assim, a opção pela mulher negra para exemplificar as consequências do alcoolismo indica o intuito da revista de identificar os grupos a partir de significados que extrapolam as acepções baseadas no gênero.

Esses significados são atribuídos através de um processo de segmentação dos campos semânticos que são partilhados a partir de noções que articulam gênero e raça,

¹⁰ Fotografia de Luciano Carneiro. Revista *O Cruzeiro*, 1951, edição n° 24, p. 71.

cuja intersecção transcende a violência simbólica que age sobre o corpo feminino branco (CRENSHAW, 2002). Embora a adesão da mulher branca às normativas de gênero fosse indicativa de efeitos de poder, ela ainda fruía da benesse de ser identificada de forma positiva, não apenas por responder afirmativamente às expectativas sociais como também por ser eleita emblema de beleza e moralidade. O que não ocorre com a mulher negra, cuja imagem ligada à desordem e às fragilidades morais teve como efeito mais provável a sua socialização negativa.

Embora a revista desqualifique apenas o corpo da mulher negra, segundo Colling & Acom (2019, p.4), “desde o discurso médico-filosófico dos antigos gregos, passando pela narrativa judaico-cristã, pelo discurso médico-psiquiátrico até chegar ao discurso psicanalítico, o corpo feminino sempre foi alvo de suspeitas e surpresas”.

Assim, delimitar seu espaço de identificação e macular a sua imagem são estratégias que garantem à mulher branca o estatuto de “norma” feminina, cuja posição não podia ser perturbada pela presença de feminilidades “desviantes”. Para tanto, imagens como essas (figura 1) não são publicadas na seção “Assuntos Femininos”, por exemplo, para que um lugar que educava para o senso estético e para a integridade moral não fosse corrompido pelas perversões do vício, do alcoolismo e da desordem social. O estímulo à moralidade feminina, inclusive, explica a não exposição do corpo negro no carnaval, lugar que historicamente objetifica e sexualiza o corpo da mulher negra (GONZALES, 1983). A revista, como um dos espaços de socialização existentes, é “responsável pela configuração dos corpos” que, por sua vez, são “efeito de um processo pedagógico que ensina modos de ser e de se comportar” (COLLING & ACOM, 2019, p.4).

Diferente da mulher branca, a negra se achava alijada do direito de se autorrepresentar na revista *O Cruzeiro*, mas, em contrapartida, abre brechas para estratégias de resistência ao racismo e às normativas de gênero nos veículos da imprensa negra. A coluna “Fala Mulher”, assinada por Maria Nascimento no jornal *Quilombo*: vida, problemas e aspirações do negro era editada para as negras com o intuito de reuni-las em torno de pautas substanciais a sua ascensão social, com ênfase, sobretudo, à causa das empregadas domésticas (DOMINGUES, 2008).

Veiculado entre os anos de 1948 e 1951, o jornal *Quilombo* era porta-voz do Teatro Experimental do Negro (TEN) e trazia a público as iniciativas do movimento fundado por Abdias do Nascimento¹¹, no Rio de Janeiro, em 1944. Dentre outras

¹¹ Abdias do Nascimento (1914-2011) foi ator, economicista, escritor, poeta, professor e ativista negro.

providências, o TEN organiza os concursos de beleza “Rainha das Mulatas” e “Boneca de Pixe” com a intenção de exaltar a beleza da negra brasileira e confrontar o padrão eurocêntrico de beleza feminina propagandeado, inclusive, pela revista O Cruzeiro (NASCIMENTO, 2004).

Com isso, não é exagero supor que O Cruzeiro, provavelmente, fosse pouco consumida pela mulher negra da época, pois, além de ser um periódico dirigido a um público masculino e branco, a imprensa negra oferecia a ela espaços de fala para reivindicar sua própria beleza e identidade racial, em um esforço de subverter as imagens simplistas que outros veículos construía a seu respeito. Por meio do jornal Quilombo, por exemplo, a mulher negra investia em formas próprias de agenciamento e deixava de ser um “[...] corpo do “outro” como objeto a ser descrito, para se impor como sujeito-mulher-negra que se descreve, a partir de uma subjetividade própria experimentada como mulher negra na sociedade brasileira” (EVARISTO, 2005, p. 54).

A condição de se autodefinir simultaneamente legitima o poder político do grupo e afronta imaginários que reprimem as nuances de ser mulher negra. Assim, a subversão de “imagens de controle” (COLLINS, 2016) surge como uma importante tática de reação aos mecanismos de violência simbólica. Construídas sob a ótica masculina e branca, a desconstrução dessas imagens auxilia a transgredir os “papéis” sociais e as estruturas patriarcais de poder. O panorama traçado, ainda que breve, mostra que a mulher negra não esteve passiva frente às estruturas de poder estabelecidas, pois construía espaços de sociabilidade positiva e de emancipação política com potencial para transgredir normativas e preconceitos raciais. A tarefa, em todo caso, não era simples, dada a naturalização de estereótipos sexistas e racistas como evidenciado na imagem a seguir:

Figura 2: “A nega maluca”

Fonte: Revista O Cruzeiro, ed. 24, 1951, p. 24.

O enunciado “A nêga maluca do ano passado ainda fêz sucesso”, veiculado junto à fotografia¹², indica que “fantasiar-se” de mulher negra não era incomum no carnaval da época, não só pelo enunciado como também pela evidência de outras fotografias de homens “fantasiados” de negra ou mesmo em trajes femininos. De vestido, com um lenço amarrado à cabeça e com o corpo pintado de preto, esse homem branco faz menção direta à mulher negra vinculada ao trabalho doméstico. A domesticidade, nesse caso, diverge do fazer doméstico positivado à imagem da mulher branca nas seções femininas, em cujos espaços as moças são educadas para o lar como sinônimo de “boa reputação” e preferência dos homens para casar.

Subjacente a essa imagem transita um pressuposto de subalternidade da mulher negra, que desde o período colonial, tem sua identidade associada à submissão por efeito da divisão generificada e racializada do trabalho (QUIJANO, 2005). Embora a

¹² Fotografia tirada por João Martins. Revista *O Cruzeiro*, 1951, p. 24.

mobilização das mulheres negras torne essa relação um tanto reducionista, não se pode negar a realização performativa da identidade negra, pois, como afirma Judith Butler (2000), à medida que certo modo de ser e estar no mundo é reiterado continuamente cristaliza-se no imaginário social e oculta as convenções culturais, dando a impressão de existir uma substância interna à identidade.

Em paralelo a divulgação desses estereótipos racistas e sexistas, um grupo de mulheres negras trabalhou arduamente na superação desse quadro de discriminação. Dentre elas destacou-se Maria de Lurdes Vale Nascimento, que, na companhia do jovem ator e ativista Abdias do Nascimento, fundou, em 1944, no Rio de Janeiro, o Teatro Experimental do Negro (TEN). Atuando como assistente social, jornalista e professora, ela colaborou para a fundação do Departamento Feminino, também chamado de Conselho Nacional das Mulheres Negras, junto ao TEN, em 1950 (XAVIER, 2015). Reivindicando apoio moral, material e respeito à classe doméstica, Maria Nascimento, contando com o apoio de outras ativistas negras, encaminhou propostas de regulamentação do trabalho doméstico e de especialização profissional. Dentre outras providências, ainda propôs cursos de culinária, corte e costura, datilografia e alfabetização, além de aulas de canto, dança e teatro (ALBERNAZ, AZEVEDO, 2013).

As peças de teatro, em particular, se revelavam meios de denúncia ao racismo e à segregação social existente em um país que se anunciava como “racialmente democrático”¹³. Com o propósito de combater a sub-representação de atrizes e atores negros na dramaturgia brasileira, o TEN promoveu espetáculos teatrais com estilo e estética própria para ressaltar, dentre outras coisas, o potencial artístico da mulher negra, que se autorrepresentava de maneira positiva e contrariava estereótipos racistas como o da “nega maluca” e outros tantos¹⁴. Nesse sentido, a coluna “Fala Mulher” do jornal Quilombo: vida, problemas e aspirações do negro, conduzida por Maria Nascimento,

¹³ Por afirmar o protagonismo negro na cultura nacional e a negritude como subjetividade positiva, o TEN por diversas vezes é acusado de promover um “racismo reverso”, em virtude do predomínio do ideário de “democracia racial brasileira” (NASCIMENTO, 2004). Por outro lado, estudos acerca das relações raciais no Brasil, financiados pela UNESCO entre 1950 e 1953, mostram uma forte relação entre raça, cor e status socioeconômico na dinâmica do racismo brasileiro (GUIMARÃES, 1999).

¹⁴ Outro caso categórico ocorre na novela “A cabana do pai Tomás”. Exibida em 1969, pela Rede Globo, a novela dramatiza os conflitos oriundos do trabalho escravo no sul dos Estados Unidos. Embora o protagonista da novela fosse o negro Tomás, esse personagem é encenado pelo ator branco Sérgio Cardoso que, para tanto, põe peruca, pinta o corpo de preto e enfia rolhas no nariz e atrás dos lábios para aparentar às feições de homem negro. A encenação de personagens negros por atores brancos é conhecida como black face.

tomou a atriz Ruth de Souza¹⁵ como exemplo de mulher negra a ser seguido pelas “mulheres de cor”, pois além

[...] de intérprete dotada de rara sensibilidade e poder expressional, ela é uma personalidade forte e interessante, estudiosa de todos os problemas de arte, inteligência alerta e sequiosa de aprender sempre mais. Exemplo da nova mulher negra (NASCIMENTO, 1948 *apud* DOMINGUES, 2008, p. 281).

O jornal Quilombo foi criado em dezembro de 1948, por Abdias do Nascimento, e extinto em 1950. Nesse curto tempo de circulação, a sua periodicidade foi irregular, tendo oscilado entre publicações mensais e quinzenais e passado por algumas interrupções. A sua política editorial visava à valorização da população negra nos âmbitos sociocultural, educacional, político-econômico e artístico, operando como um importante porta-voz do TEN. Para isso, o jornal investiu no combate às várias formas de discriminação racial que atingia os homens, as mulheres e as crianças de cor negra¹⁶.

O jornal Quilombo não obteve a mesma tiragem tampouco a influência nacional alcançada pela revista O Cruzeiro, mas serve como exemplo do quanto as representações de raça constituem uma complexa arena de poder. Esse jogo de representações demonstra que as relações raciais são constituídas por exercícios de poder que operam em sentidos opostos e conflitantes. De um lado, o grupo hegemônico, na ambição de manter o poder, investe em noções estereotipadas de identidade negra para preservar o *status quo* e as hierarquias baseadas na raça; de outro, o grupo não hegemônico anseia descentralizar o poder via reivindicação política de sua própria identidade, cuja positivação perturba a identidade racial construída como “norma”.

Com relação à identidade de gênero, a imagem “a nêga maluca” (figura 2) potencializa uma discussão semelhante, já que abre a possibilidade para tensionar a relação linear que O Cruzeiro estabelece entre sexo, gênero e sexualidade nas colunas femininas. O homem, ao aparecer vestido como mulher, desloca o caráter biológico da identidade de gênero ao assumir elementos do “universo feminino” e revelar o potencial bissexual do polo masculino. A necessidade contínua de reafirmar a masculinidade como

¹⁵ Ruth Pinto de Souza (1921-2019) foi a primeira atriz negra a ganhar destaque no teatro e na televisão brasileira. Por mérito de sua atuação em “Sinhá Moça”, Ruth de Souza ainda se tornou a primeira intérprete brasileira indicada ao prêmio de melhor atriz em um festival internacional de cinema, a saber, o Festival de Veneza, em 1954.

¹⁶ Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC / FGV). Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/quilombo>. Acesso em: 26.01.2022.

algo coerente e unívoco se explica, portanto, pela existência de desejos reprimidos no seu “[...] inconsciente [que] constituem uma ameaça permanente para a estabilidade da identificação de gênero, negando sua unidade e subvertendo sua necessidade de segurança” (SCOTT, 1990, p. 16).

Nesse sentido, ainda que O Cruzeiro afirme concepções hegemônicas de gênero, a própria incoerência interna da revista evidencia a dimensão social das identidades de gênero e a diversidade de modos possíveis de experimentá-la – heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, etc. Em todo caso, o comportamento “afeminado” desse homem não é visto como um “desvio” passível de perturbar as normativas de gênero sustentadas pelo periódico, visto que o potencial satírico e racista da “fantasia” desloca para o não dito possíveis questionamentos.

Considerações finais

Conhecido como um dos principais periódicos da imprensa brasileira, O Cruzeiro esteve envolvido, durante os anos de 1950, com a propagação de normativas de gênero, advogando a beleza, a moralidade e os cuidados do lar como “obrigações” femininas. Com isso, a revista cumpriu um importante papel ideológico em um contexto de entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho, pois, frente ao risco que a autonomia feminina representava à estrutura patriarcal da sociedade, havia a necessidade de reafirmar às mulheres as tarefas domésticas com o intuito de manter o âmbito privado como “território feminino”. Nesse processo, a próprio embelezamento feminino, tal como instigado pelo periódico, também passou pela “necessidade” de satisfazer o interesse masculino.

Para a construção de um ideal de feminilidade O Cruzeiro toma a mulher branca como sinônimo daquilo que considerava fisicamente belo e moralmente adequado às mulheres de “boa reputação”. Única a ilustrar os imperativos de beleza e a prover a família nuclear idealizada nas seções femininas, os predicados da mulher ideal são construídos a sua imagem. No entanto, esse mesmo ideário é estrategicamente constituído com o auxílio das próprias mulheres brancas que, ao escrevem à revista, afirmam a beleza e os cuidados do lar como responsabilidades da mulher.

Mesmo que a escolha da mulher branca como “norma” por si só construa a mulher negra como “diferença”, esta ainda é exibida como contraexemplo de feminilidade. Por meio do carnaval, local de trânsito da mulher negra no Cruzeiro, o periódico vincula a

sua imagem ao alcoolismo e a incivilidade, noções que se contrapõem a moralidade e as boas maneiras características de uma “moça de família” e cujo caráter “desviante” consolida a normatização da mulher branca.

Com efeito, a revista reforça lugares comuns de identificação da mulher negra na sociedade brasileira, a saber, o carnaval e o trabalho doméstico. Este último, através de fotografias que mostram a cultura de racismo presente na década de 1950 e a convivência de O Cruzeiro a estereótipos sexistas e racistas.

Periódico conservador e editado por e para um público masculino e branco, o discurso machista e racista que acolhe e divulga condiz com a tendência dos grupos em tomar como “norma” o seu parâmetro identitário para nomear e classificar as diferenças. De qualquer forma, as noções de feminilidade e identidade produzidas pela revista foram prudentemente tomadas em sua complexidade social, ou seja, como construções ambíguas e multiformes resultantes de conflitos intergrupais em que nenhum dos envolvidos assume uma posição passiva nas arenas de poder.

Referências

ALBERNAZ, R.; AZEVEDO, A. Os marginais do direito estatal: a luta multidimensional do Teatro Experimental do Negro (TEN) pelo “direito a ter direito”, nos anos de 1944 a 1968. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 11, p. 33-62, 2013.

ANDRADE, S. A. **Jornalismo em mutação**: estudo sobre a produção de conteúdo na fase do capitalismo avançado. (Dissertação de Mestrado). 132f. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), 2013.

BASSANEZI, C. Mulheres dos Anos Dourados. In: Priore, Mary Del (Org). **História das mulheres no Brasil**. 5ed. – São Paulo: Contexto, 2001. p. 607-640.

BUTLER, J. Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, G. L. (Org). **O corpo educado**: Pedagogias da sexualidade. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-172.

CARNEIRO, S. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA. **Racismos contemporâneos**. Rio de Janeiro: Takano Editora, pp. 49-58, 2003.

COLLING, A. M; ACOM, A. C. Corpo feminino, corpo político: de fustigado a devorador do instituído. **Revista Práxis**, Novo Hamburgo, a. 16, n. 2, 2019.

COLLINS, P. H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado** – v. 31, n.1, p. 99-127, 2016.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, p.171-189, 2002.

DOMINGUES, P. Quilombo (1948-1950): uma polifonia de vozes afro-brasileiras. In: **Ciências & Letras**. N. 44, 2008, p. 261- 289.

EVARISTO, C. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares: cultura afro-brasileira**, ano 1, n. 1, p. 52-57, ago. 2005.

FIGURA 1. “Ai, cachaça”. **Revista O Cruzeiro**, edição 24, 1951.

FIGURA 2. “A nega maluca”. **Revista O Cruzeiro**, ed. 24, 1951, p. 24.

GUIMARÃES, A. S. A. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. – São Paulo: Fundação de Apoio à Universidade de São Paulo; Ed.34, 1999. 256p.

HALL, S. Quem precisa da identidade? In: **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. Petropolis: Vozes, 2014. p. 73- 102.

LEAL, J. Carnaval de rua. **Revista O Cruzeiro**, edição 24, 1951.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. 2.ed., 1ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2008. p. 111-154.

MARZULLO, E. Elegância e Beleza. **Revista O Cruzeiro**, edição 24, 1951.

MEYRER, M. R. **Representações do Desenvolvimento nas Fotorreportagens da Revista O Cruzeiro (1955-1957)**. (Tese de Doutorado). 257f. Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), 2007.

MIRA, M. C. **Constituição e segmentação do mercado de revistas no Brasil: o caso da** Editora Abril, 1998. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/8784daf924e0b3abe89731d16fcb0d00.PDF>. Acesso em: 26.01.2022.

NASCIMENTO, A. Teatro Experimental do Negro: trajetória e reflexões. **Estudos Avançados**, p.209-224, 2004.

PESAVENTO, S. J. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

QUIJANO, A. Colonialidade, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: Perspectivas latinoamericanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

SANGIRARDI, H. B. Lar, doce lar. **Revista O Cruzeiro**, edição 24, 1951.

SCHEMES, C.; ARAUJO, D. (2011). O artista gráfico Alceu Penna na Revista O Cruzeiro: apropriações e ressignificações da moda europeia e a representação da mulher (1940-1950). In: **Cultura Visual**, n.15, mai, Salvador: EDUFBA, p. 57-69.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-21, 1990.

TERESA, M. Da mulher para a mulher. **Revista O Cruzeiro**, edição 24, 1951.

UM FATO EM FOCO. **Revista O Cruzeiro**, edição 24, 1951.

XAVIER, G. “Fala a mulher” ou a mulher também fala? Maria de Lurdes Vale Nascimento e as articulações entre gênero, raça e classe no jornal o Quilombo (Rio de Janeiro, 1948-1950). In: **Anais do 7º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**, realizado na Universidade Federal do Paraná-Curitiba, de 13 a 16 de maio de 2015. Disponível em: http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/index.php?option=com_content&view=article&id=117. Acesso em: 26.01.2022.